

**AGROECOLOGIA E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS:  
LIMITES E POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS  
ALTERNATIVAS NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS/MS<sup>1</sup>**

**AGROECOLOGY AND THE TERRITORY PRODUCTION: LIMITS AND  
POSSIBILITIES OF ALTERNATIVE SOCIOENVIRONMENTAL PRACTICES IN  
GRANDE DOURADOS/MS REGION**

**AGROÉCOLOGIE ET LA PRODUCTION DE TERRITOIRES : LIMITES ET  
POSSIBILITÉS DES PRATIQUES SOCIO-ENVIRONNEMENTALES AU  
TERRITOIRE DE LA GRANDE DOURADOS/MS**

Bruno Ferreira CAMPOS<sup>2</sup>

Silvana Aparecida Lucato MORETTI<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste artigo buscou-se tecer uma discussão acerca da Agroecologia e sua interface com a produção dos territórios, tendo como objeto de análise as práticas socioambientais alternativas da agroecologia no Território da Grande Dourados. Tal esforço se justifica pela evidente dimensão territorial das práticas agroecológicas, que, por vezes, tem se apresentado como matriz disciplinar e também pela tendência de se consolidar como uma alternativa paradigmática. O texto do presente artigo derivou de reflexões iniciadas e corroboradas por parceiros de pesquisa quando da conclusão da tese de Doutorado realizada no Instituto de Pesquisas Socioambientais – ISA, da Universidade Federal de Goiás – UFGD, defendida no ano de 2012, intitulada “O território da produção orgânica no mundo da mercadoria”. O recorte analítico proposto, ou seja, o estudo da agricultura orgânica como produção territorial e a ideia de desenvolvimento relacionada às políticas territoriais, possibilitou pensar teoricamente sobre as articulações entre produção territorial, cultura e identidade. Diante de tais considerações, procurou-se realizar um debate acerca da lógica do Estado-Nação e os conflitos territoriais em evidência na sociedade. Para tal, a questão da pobreza/riqueza foi trazida para o campo de discussão, questionando se seria mesmo um desafio alimentar as pessoas do mundo. A Agroecologia foi tratada como alternativa de resistência e refundação dos territórios, no sentido de seu potencial para solucionar problemas da falta de oferta de alimento saudável, de saúde pública e de caráter ambiental de um modo geral. Tomando como objeto de análise as práticas socioambientais alternativas da agroecologia no Território da Grande Dourados, na porção austral do estado de Mato Grosso do Sul, observou-se que, mesmo considerando as diferenças existentes entre os agricultores, a produção de orgânicos por famílias proprietárias de pequenas porções de terras é uma resistência ao processo de homogeneização do território pelas formas capitalistas de produção mais rentáveis economicamente, marcadamente representada pela produção agropecuária destinada ao mercado internacional.

**Palavras-chaves:** Estado-Nação; Territórios; Agroecologia; Práticas socioambientais; Território da Grande Dourados.

**Abstract:** This article aimed to carry out a discussion regarding the Agroecology and its interface aligned with territory production, and its goal being the analyses of alternative socioenvironmental

---

<sup>1</sup> Texto desdobrado de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudo Socioambientais-ISA, da Universidade Federal de Goiás, orientado por Maria Geralda de Almeida, e defendido por Silvana Aparecida Lucato Moretti, no ano de 2012.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia, professor adjunto no Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHEL, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon/PR.

<sup>3</sup> Doutora em Geografia, professora aposentada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

practices of agroecology in the Grande Dourados territory. Such effort is justified by the evident territorial dimension pertaining to agroecological practices, which, at times, have being presented as a disciplinary matrix as well as its tendency in becoming consolidated as a pragmatic alternative. The text of this article derives from reflections initiated and corroborated by research partners when completing the Doctoral thesis carried out at the Instituto de Pesquisas Socioambientais – ISA, at the Universidade Federal de Goiás – UFG, defended in 2012, entitled “The territory of organic production in the commodity world”. The proposed analytical framework, that is, the study of organic agriculture as territorial production and the idea of development related to territorial policies, made it possible to think theoretically about the articulations between territorial production, culture and identity. In the light of such considerations, it was sought to carry out a debate regarding the State-Nation logic and the territorial conflicts in evidence found in society. To this end, notions of poverty/wealth were part of the discussion field, questioning whether it would be a challenge to feed the people in the world. The Agroecology was treated as an alternative to resistance and territorial refunding, in regard to its potential in solving problems concerning the lack of offer of healthy nourishment source, public health and environmental degree in overall. Having the goal as the analysis of the socioenvironmental alternative practices of agroecology in the Grande Dourados Territory, in the austral portion in the state of Mato Grosso do Sul, it has been distinguished that, even with the present differences among agriculturists being taken into consideration, the production of organics through family owned small territory properties is a resistance to the homogenization process of the territory through capitalist ways in more economically rentable productions, mainly pronounced by the agricultural production destined to the international market.

**Keywords:** State-Nation; Territories; Agroecology; Socioenvironmental practices; Grande Dourados Territory.

**Résumé:** Cet article cherche à discuter l’agroécologie et son interface avec la production des territoires. Cet effort se justifie par la dimension territoriale évidente qui entoure les pratiques agroécologiques et qui parfois s’est présentée comme une matrice disciplinaire, mais aussi par la tendance de cette pratique à se consolider comme une alternative paradigmatique. Le texte de cet article découle de réflexions initiées et corroborées par des partenaires de recherche lors de la réalisation de la thèse de doctorat réalisée à l’Instituto de Pesquisas Socioambientais – ISA, de l’Universdade Federal de Goiás – UFG, soutenue en 2012, intitulée “Le territoire de la production biologique dans le monde marchand”. Le cadre d’analyse proposé, c’est-à-dire l’étude de l’agriculture biologique comme production territoriale et l’idée de développement liée aux politiques territoriales, a permis de penser théoriquement les articulations entre production territoriale, culture et identité. Compte tenu de ces considérations, nous présentons une discussion sur l’État-nation et les conflits territoriaux mises en évidence dans la société. Dans ce but, nous proposons d’inclure la question de la pauvreté / richesse au champ de la discussion, en se demandant si ce serait vraiment un défi pour nourrir la population mondiale. L’agroécologie est traitée comme alternative de résistance et refondation des territoire, vers sa capacité à résoudre les problèmes d’approvisionnement en aliments sains, de santé publique et d’environnement en général. Nous prenons les pratiques socio-environnementales agroécologiques alternatives au territoire de la Grande Dourados, au sud de l’état du Mato Grosso do Sul, comme objet d’étude. Nous avons vu que même en tenant en compte la diversité des agriculteurs, la production des aliments biologiques des petites exploitations familiales est une résistance au processus d’homogénéisation du territoire par les rapports de production capitalistes les plus rentables économiquement, nettement représentée par la production agricole destinée au marché international.

**Mots-clés:** État-nation; Territoire; Agroécologie; Pratiques socio-environnementales; Territoire de la Grande Dourados.

O texto do presente artigo deriva de reflexões iniciadas e corroboradas por parceiros de pesquisa quando da conclusão da tese de Doutorado realizada no Instituto de Pesquisas Socioambientais – ISA, da Universidade Federal de Goiás – UFGD, defendida no ano de 2012, intitulada “O território da produção orgânica no mundo da mercadoria”. O recorte analítico proposto, ou seja, o estudo da agricultura orgânica como produção territorial e a ideia de desenvolvimento relacionada às políticas territoriais, possibilita pensar teoricamente sobre as articulações entre produção territorial, cultura e identidade.

A categoria identidade foi balizadora na constituição do programa dos Territórios Rurais, pois estava a se considerar a identidade como um elemento de caráter central do território, estando relacionada com suas origens, com modos de ocupação no espaço, com o contexto social construído e com um futuro mais solidário e interdependente.

Apesar desta constatação e iniciativas públicas a partir da mesma, a realidade se apresenta complexa e dinâmica e, neste contexto, o estado de Mato Grosso do Sul, e mais especificamente a porção em que se situa o Território da Grande Dourados, vivencia as contradições do mundo moderno, percebidas nas relações entre a sociedade/ natureza. Neste movimento, as práticas socioambientais de grupos sociais com necessidades, desejos e visão de futuro diferenciado promovem o embate no processo de constituição do território.

Neste contexto, emergem também os interesses contraditórios que estão implicados na chamada questão ambiental. Como discute Boff (2010), têm tornado difícil a construção de um consenso entre os povos, nações, territórios, distintas formas de sociabilidade, na forma de um *Ethos* planetário.

Para os gregos, *ethos* significava fundamentalmente a morada humana, não em sua materialidade, mas em seu sentido existencial como aquela porção da natureza (*physis*) que reservamos para nós, a organizamos e cuidamos de tal modo que se transforma em nosso *habitat* [...]. Entretanto, para nós hoje, o *ethos*-morada não é mais a nossa casa, a nossa cidade ou o nosso país. É o inteiro planeta Terra, feito *ethos*-Casa Comum. (BOFF L,2010)

Seria o habitat mundial, então, o espaço que resulta da convergência, a um mesmo sentido, dos esforços desprendidos na produção coletiva de um “modo de vida” comum a todos os povos do mundo. No entanto, grande parte destes esforços tem partido da lógica uníssona que ecoa do aparato político-administrativo criado para gerir o construto

sociocultural e econômico produzido pela modernidade. Este aparato é o que denominamos de Estado, o moderno Estado ocidental capitalista.

Quando falamos da modernidade como “projeto”, estamos referindo-nos também, e principalmente, à existência de uma *instância central* a partir da qual são dispensados e coordenados os mecanismos de controle sobre o mundo natural e social. Essa instância central é o Estado, que garante organização racional da vida humana[...] O Estado é entendido como a esfera em que todos os interesses encontrados na sociedade podem chegar a uma “síntese”, isto é, como o *locus* capaz de formular metas coletivas, válidas para todos. (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 88).

Neste sentido, a construção do Estado-Nação produz e reproduz a ideia de unidade padronizada, mascarando as diferenças étnicas, as outras racionalidades culturais de uma forma geral, e até mesmo as diferenças existentes no interior de uma mesma classe social. O território nacional consiste no fundamento espacial deste projeto, e se tornou o meio inicial, segundo Chauí (2000), por onde se difundiu um suposto consenso identitário.

Por muito tempo o conceito de território esteve atrelado a esta perspectiva oficial. De acordo com Raffestin (1993), na tradição do pensamento geográfico, Friedrich Ratzel aparece como o maior responsável pela elaboração de uma geografia oficial do Estado. No entanto, isto terminou por negligenciar uma diversidade territorial inimaginável, sendo esta uma das ações mais responsáveis pela produção de inúmeros conflitos, uma vez que:

Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades – voltar-se-á a isso mais adiante), podem, conforme já se indicara na introdução, formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, p. 87, 2008,).

Como asseveram Raffestin (1993), Chauí (2000), Castro-Gómez (2005) e Souza (2008), as relações sociais que são arregimentadas para dar forma a esta territorialidade oficial são compostas, em realidade, de uma grande diversidade, não raro conflituosa, que por sua vez é forjada, permanentemente, no ideário de coesão e unicidade. Isto se iniciou com a fundação das bases para mundialização, onde, por meio das navegações, a partir do século XV, tornou-se viável o comércio mundial, após a derrocada da estrutura social vigente no período feudal.

Neste longo caminho, o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais (SANTOS, 1998, p. 15).

Existem inúmeros exemplos de territórios de realização da vida com forte identidade emanada dos povos que os produzem. A Agroecologia, práxis de interesse neste artigo, se destaca neste contexto, pois emana como uma possível ciência própria, autônoma, que está sintonizada com esta nova fase do processo social.

Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística. (CAPORAL e cols., 2006, p. 5).

Desta feita, se está diante de uma contribuição muito relevante aos esforços que almejam romper com o paradigma vigente da produção agrícola. Além disto, a Agroecologia possui uma dimensão territorial intrínseca, que tem passado despercebida até mesmo pelos defensores e agentes sociais responsáveis por sua promoção. O espaço é a base comum por onde se inter cruzam todas as demais dimensões empírico-científicas que, integradas, tem ajudado na sua construção. A geografia produzida pelas práticas agroecológicas significa a possibilidade de pensar em outras lógicas produtivas, inserida em uma distinção elementar entre apropriação e uso da terra, portanto, produção de territórios. Segundo nos aponta Itaborahy e Cols. (2010):

Devemos esclarecer que ao utilizar da idéia de “poder hegemônico” não nos referimos somente ao Estado moderno e sua função para a regulação da atividade do grande capital, mas também à lógica urbana e capitalista de uso do espaço, que tem suas bases na propriedade privada como forma de territorialidade, ou seja, enxerga o território sobre uma ótica de exclusão. Ao se propor outro olhar para os territórios o fazemos também no sentido de afirmar que outros territórios são construídos e mantidos por uma lógica que não a da propriedade privada. Os territórios da agroecologia, construídos a partir das cooperações sujeitos-sujeitos e sujeitos-natureza, acabam por ter sua expressão territorial pautada na inclusão.

Esta possibilidade de apropriação, onde se assenta a produção do território agroecológico, é constituída por processos inclusivos por si só, uma vez que são produzidos pela cooperação sujeitos-sujeitos e sujeitos-natureza, como bem assevera Itaborahy e cols. (2010).

Tais considerações podem evidenciar as aproximações e (des)aproximações práticas e conceituais entre Território e Agroecologia. Tal esforço se justifica pela evidente dimensão territorial da Agroecologia, mas ao mesmo tempo pelas problemáticas decorrentes da composição escalar do poder e do território. Como exemplo disto, temos o limite tênue entre as territorialidades das comunidades locais e a territorialização produtiva da Agroecologia de afeição empresarial, promovida sob a velha lógica e interesse do moderno Estado burguês-capitalista, assim como os conflitos com o processo de homogeneização do território pelas formas capitalistas de produção mais rentáveis economicamente, marcadamente representada pela produção agropecuária destinada ao mercado internacional.

No próximo subtópico serão apresentados alguns aspectos mais gerais do território que tem sido produzido pela agroecologia na porção austral do estado de Mato Grosso do Sul, configurando uma típica possibilidade, ao mesmo tempo que enfrenta um conjunto de conflitos, (des)aproximações e apropriações em meio as práticas econômicas e socioambientais hegemônicas do lugar.

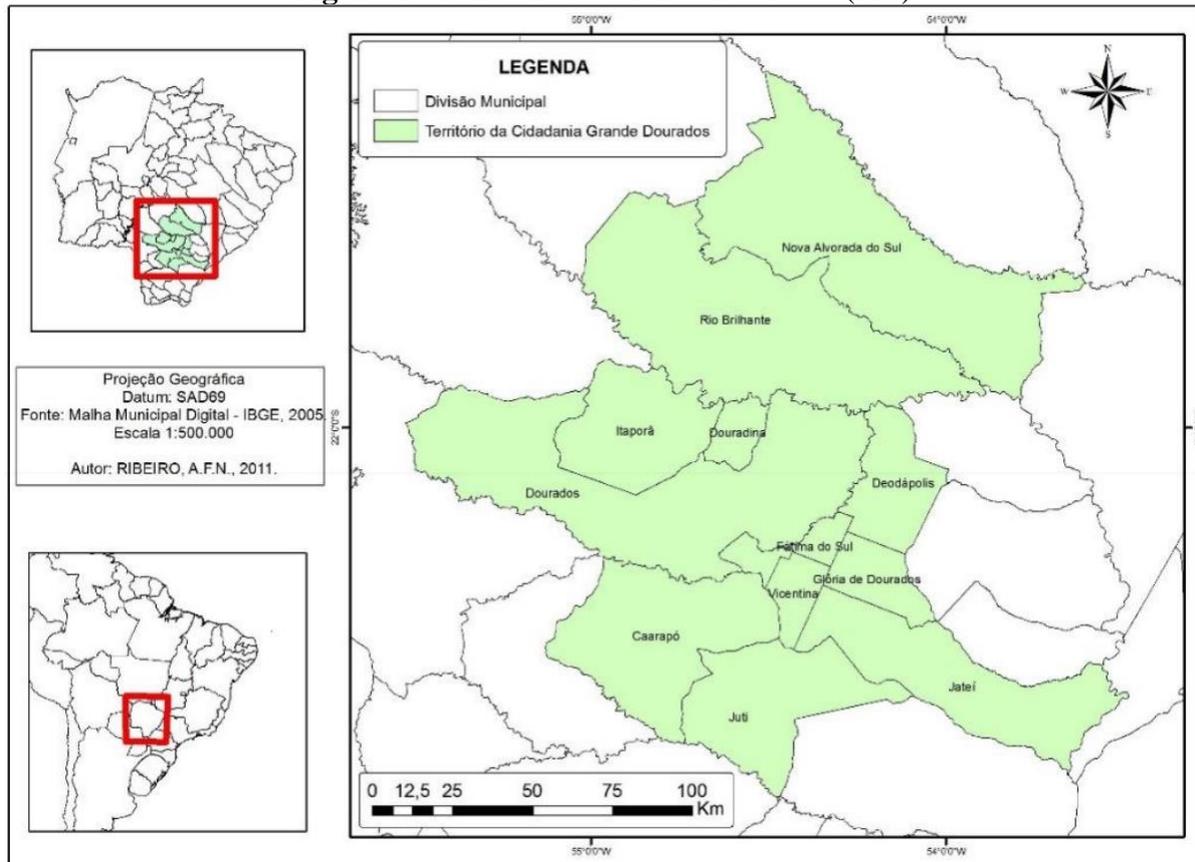
### **O território da Grande Dourados e produção agrícola alternativa**

Neste contexto de entendimento da agroecologia, exemplificamos com o recorte territorial da Grande Dourados, localizada à 240 Km da capital do estado do Mato Grosso do Sul. A base produtiva e econômica do território da Grande Dourados tem como suporte a pilhagem de elementos da natureza, principalmente solo e água, para produção agropecuária industrial destinada ao mercado internacional.

Nos anos 40 do século XX, iniciou a construção da valorização dos “recursos naturais” presentes na região (principalmente, qualidade do solo, relevo e clima) no sentido de ser propício à implantação de determinadas atividades agropecuárias. Neste momento, sob o incentivo do Estado brasileiro, foi promovido um vigoroso fluxo migratório através da implantação da Colônia Nacional Agrícola –CAND.

Ao mesmo tempo, o processo de ocupação constrói um ideário de “terra de ninguém”, desconsiderando as culturas locais que foram identificadas pelos colonizadores como sendo atrasadas e que deveriam ser exterminadas. A população local, o seu modo de vida e as formas tradicionais de produção na terra são desprestigiadas em nome do desenvolvimento que iria ocorrer com a modernização técnica da agricultura.

**Figura 1 - Território da Grande Dourados (MS).**



Org. Moretti, 2014.

Neste sentido, uma parcela da população local, excluída do sucesso do modelo de reprodução capitalista ligada ao agronegócio, foi reduzida à condição de marginalizados: indígenas foram mortos ou confinados em reservas e os trabalhadores da terra foram mantidos em sua condição de mão de obra braçal.

Na região da Grande Dourados, a regulação do múltiplo deu-se pela imposição política do confinamento indígena e da manutenção da concentração de terras nas mãos da parcela da população considerada capaz de dominar a natureza por meio das técnicas modernas de produção agropecuária. Entretanto, a realidade tem demonstrado que o domínio econômico e político não foi suficiente para produzir um território homogeneizado. Parcelas significativas da população resistiram e mantiveram suas práticas produtivas e sociais. O território é múltiplo, dinâmico e preñado de diversidades. Entre os que resistem à ideia da forma única de produção, destacamos a produção agrícola de produtos orgânicos no território da Grande Dourados. O reconhecimento de sua existência significa revelar o “invisível”.

A análise da produção agrícola alternativa de orgânicos no território da Grande Dourados conduziu a reflexão acerca do processo de constituição de múltiplas atividades no campo, as quais nem sempre são valorizadas. A produção do agronegócio hegemônico exclui

parcelas significativas do conhecimento produzido em um movimento, denominado por Boaventura de Souza Santos, como “desperdício da experiência”.

Atividades praticadas pelos indígenas, por comunidades quilombolas e por grupos de pequenos agricultores, entre outros, são desconsideradas ou mesmo destruídas. As principais dificuldades enfrentadas por esses grupos sociais são a falta de terra para produzir, a eliminação das condições naturais que permitem a realização de suas práticas produtivas, a inexistência de apoio governamental para sua estruturação e a falta de organização produtiva e de comercialização dos produtos. Entendemos que tais dificuldades, tem sua gênese, justamente, nas características dos aspectos práticos relacionados aos *modus operandi* da lógica de produção do Estado-Nação.

No próximo subtópico, buscar-se-á pontuar as contradições expressas pela forma hegemônica de produção territorial, que é produto e condição do modelo territorial do Estado-Nação.

### **Conflitos e perspectivas da agroecologia como alternativa de resistência e refundação dos territórios: seria mesmo um desafio alimentar as pessoas do mundo?**

A ideia de “erradicação da pobreza” tem estado muito presente nos debates hodiernos sobre o desenvolvimento e suas temáticas e tópicos correlatos. No entanto, o que vemos, em tempos de busca pelo desenvolvimento sustentável, são os pobres e os “países em desenvolvimento” sendo responsabilizados pela crise ambiental contemporânea (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Algo como se o modelo de desenvolvimento, promovido pelos ditos países desenvolvidos, não precisasse de ajuda para mudar suas práticas que são mais impactantes e insustentáveis do que as dos países que aparecem nos relatórios dos organismos internacionais como as nações a serem ajudadas.

O conceito de pobreza é muito mais complexo do que a forma como comumente este é abordado. Este, por sua vez, só pode ser analisado junto com o conceito de riqueza, seu par necessário. No entanto, devido a um poderoso mecanismo de conformação das subjetividades, através do *marketing* e da publicidade e pelo controle quase absoluto dos meios de comunicação de massa, mesmo consumindo 30% menos recursos no processo de produção do que há 30 anos (devido ao avanço tecnológico), nesse mesmo período verificamos um aumento de 50% na demanda desses materiais (PORTO-GONÇALVES,

2012). Ou seja, a diminuição do uso de recurso pela técnica é sobreposta pelas necessidades subjetivas criadas pelo marketing e pela publicidade.

Afinal, o desperdício tem convivido lado a lado com a carência e são dois lados de uma mesma relação. A riqueza é referida pela dimensão quantitativa, através do símbolo dos símbolos dessa sociedade que é o dinheiro. A ideia de crescimento e suas noções correlatas como crescimento do PIB, só daria certo dentro dessas condições criadas pelo conjunto de valores e significações. (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Diante de tal panorama, seriam eles, os ricos, capazes de oferecer ajuda aos países em desenvolvimento para se alcançar o desenvolvimento sustentável? Pela lógica que se desvenda, não seria o contrário a ordem mais coerente? Ou mesmo, como discutir maior justiça social como condição para as metas do desenvolvimento sustentável sem que se debata o sentido da riqueza?

A Agroecologia, indiscutivelmente, se destaca em meio a tais indagações como um eixo de interesse capaz de agregar uma série de elementos, da cultura, da tecnologia, da economia, de normas e valores, que muito interessam na busca pela superação do paradigma moderno, sendo imperativo discutir seus limites e possibilidades em articulação com a perspectiva territorial. Neste sentido, ao direcionar atenção aos processos de meados do século XX, tem-se que, com o fim dos conflitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o comércio no mundo foi reorganizado a partir de um novo conjunto de tratados, com destaque à fundação da Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN (EUA e Europa Ocidental) e o Pacto de Varsóvia (URSS).

Após tal rearranjo deu-se início à exportação de pacotes tecnológicos às demais nações participantes do mercado global. Dentre estes pacotes merece destaque a Revolução Verde, que se sustentava no discurso sobre a necessidade de solucionar o problema da fome no mundo, que tinha sido sensivelmente agravado pelo conflito bélico. Este, por sua vez, consistia em

[...] um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p. 44).

O Brasil foi um dos países que aderiu prontamente a esta proposição das potências econômicas e políticas emergentes e consolidadas no pós-guerra. No que tange à Revolução

Verde, devemos considerar, sobretudo, os Estados Unidos e suas corporações com atuação no segmento agrícola. Acompanhado deste programa de (re)estruturação produtiva no campo, viveu-se a imersão da sociedade num conjunto de signos e símbolos do mundo urbano-industrial. A adesão desta nova política de produção agrícola supostamente possibilitaria a superação da natureza pela cultura, como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Na prática o que se viu foi o abandono do campo e a ida para a cidade de grande parte da população.

Daí a primazia do urbano em relação ao rural, ou seja, a valorização de um ambiente fruto do talante humano, ao contrário do mundo rural onde a natureza ainda imporia suas condições às práticas culturais, sociais e econômicas, onde a natureza, supostamente, ainda se sobrepõem, em muitas das vezes determinando (PORTO-GONÇALVES, 2012).

No fim, este processo de modernização da agricultura criou um conjunto de problemas no ambiente e na sociedade, que têm sido enfrentados com muita dificuldade atualmente. Isto não quer dizer que a técnica e a ciência ocidental não foram importantes. No entanto, esta não pode pretender ser a única forma de conhecimento válida, mesmo porque nela estão implicados os problemas ambientais contemporâneos, como no caso do efeito estufa (revolução energética fossilista).

A ideia de dominação da natureza, central para o pensamento moderno europeu, é posta em questão não somente porque aponta para a degradação ambiental ou o esgotamento de recursos naturais, mas também porque junto com a natureza emergem múltiplos sujeitos que até aqui vinham se mantendo submetidos nos marcos das territorialidades ora em crise. Há, ainda, no interior desse campo todo um debate acerca da diversidade biológica que tem, de um lado, todo o setor industrial ligado à biotecnologia e, por outro lado, proporciona a possibilidade de múltiplos povos e culturas se apresentarem à cena política como se pode ver por meio da mobilização de populações camponesas, indígenas ou comunidades negras em amplas regiões da América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Neste contexto de crise é que emergem as possibilidades alternativas a este modelo. O que como sendo a solução desta crise, desconsiderando premissa do múltiplo, se apresenta como economia verde, mas em seus fundamentos consiste na mesma economia mercantil “cinza”, que foi impulsionada com a revolução industrial no século XVIII. Somente as novas formas emergentes de economia, com valores fundados na solidariedade e na cooperação não lucrativa, é que consistem de fato em terrenos promissores de uma racionalidade ambiental onde a justiça social é contemplada.

A Agroecologia possui estas características e, conforme aponta Itaborahy (2010):

[...] como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”.

No entanto, a insistente lógica empresarial ainda disputa espaço com esta perspectiva econômica de lógica solidária. Fundada na intocável propriedade privada, por manter algo muito próximo de um poder absoluto medieval, a lógica empresarial utiliza de seu respaldo no Estado para apropriar-se mercadologicamente, e de forma reduzida, dos aspectos técnicos da Agroecologia, deixando de lado toda a sua implicação ética e política. Itaborahy e cols. (2010) alerta para a amplitude que abarca a Agroecologia, posta em direção oposta à tendência mercadológica destacada acima. Isto está bem evidenciado no trecho abaixo:

Tomaremos nessa escrita *outros* poderes e sujeitos a partir de seu território. Estruturaremos, assim, a agroecologia como uma forma de uso do recorte espacial apoderado, ou seja, como uma manifestação de outras formas de poder, portanto, da conformação de vários territórios. O faremos a partir da leitura da tríade território - escala- agroecologia, no esforço de agregar ciência (e por extensão universidade), sociedade (e por extensão sua história, cultura e política) e agroecologia (como um somatório de outros saberes e poderes com a ambientalização da política ou politização da questão ambiental através do território). (ITABORAHY e cols., 2010).

Frente a estas ameaças, de acordo com Porto-Gonçalves (2012), é preciso abandonar a ideia de “economia verde” por “desenvolvimento de práticas sustentáveis”. Segundo o autor, a insistência no modelo da economia verde tende a alimentar a tensão com a diversidade ecológica e cultural do planeta e da humanidade. Assim, consagrar esse termo é não só imprudente como um equívoco científico e filosófico. Esta, por sua vez, não passa de uma alternativa verde do mesmo capital, da velha lógica privativa e excludente, que se funda no Estado como apoteose das instituições modernas. Atentos a esta permanente disputa por espaço, autonomia e identidade,

Os povos indígenas e as comunidades camponesas destacaram, assim, que um mesmo estado nacional abriga dentro de si (de seu território) distintas territorialidades e afirmaram a escalas locais e regional fazendo aparecer a questão colonial no interior dos Estados que se consideravam (mono)nacionais ignorando as diversas nacionalidades que estão abrigadas no interior de uma mesma fronteira estatal. (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Nesse sentido, é indispensável que se reconheça as contribuições desses grupos sociais, dando consequência política e não somente retórica a estes conhecimentos. Ao mesmo instante, é preciso deixar se sobrestimar a eficiência do “setor privado” e das “grandes empresas”, que possuem implicações diretas na produção dos problemas ambientais.

Estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os saberes populares com os conhecimentos criados por diferentes disciplinas científicas, de modo a dar conta da totalidade dos problemas e não do tratamento isolado de suas partes. [...] A geografia assume, então, uma enorme responsabilidade ao referenciar seus estudos nos territórios e suas diversidades, o que incorre em uma elaboração clara de suas bases teóricas, na intenção de tangenciar o risco de singularizar os poderes e afirmar o poder hegemônico como concepções e poderes hegemônicos, como bem se observou nas concepções da geografia tradicional, com efeitos ainda presentes no modo de se pensar a geografia e nas políticas guiadas aos diversos atores sócio-espaciais. (ITABORAHY e cols., 2010).

Há também estruturas que extrapolam a dinâmica produtiva e sua face territorial, e que precisam ser questionadas e quando possível combatidas, pois promovem, resguardam e reproduzem as condições necessárias à manutenção do *status quo*. São eles os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, o Judiciário, o Legislativo, o Executivo, o aparato Militar, as igrejas, escola, mídia, literatura, cinema, música, rádio, moda, e demais práticas sociais dominantes (ALTHUSSER, 1985).

É a cautela que se exige quando se verifica a insistente sobreposição de uma lógica e de uma racionalidade sobre outras. Apesar dos esforços para superação do paradigma social, que também se verifica territorialmente, é insistente o olhar imperial que acriticamente se crê superior, ao colocar a racionalidade científica acima das outras formas de conhecimento. Isso não seria grave caso considerasse as implicações do poder no saber e do saber no poder (FOUCAULT, 1979; LEFF, 1998).

Por fim, apresentaremos o caso da prática socioambiental alternativa dos produtores orgânicos no território da Grande Dourados, como forma de melhor visualizar os limites e possibilidades da agroecologia como território alternativo.

### **Os produtores orgânicos no território da Grande Dourados**

No território da Grande Dourados, fica evidente que os produtores têm participado da grande produção agroindustrial, seja plantando soja e milho, seja produzindo, na forma

integrada, aves e suínos para as indústrias, ou ainda como trabalhadores nas propriedades com maior capacidade produtiva. Entretanto, ocorrem formas de produzir alternativas ao modelo hegemônico, a produção orgânica realizada com técnicas agroecológicas entre elas o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de aves caipiras, de alimentos orgânicos, a fabricação de queijos, doces e outros derivados da forma de produzir chamada de agroecológica (ver Figura 2).

**Figura 2-** A comercialização de produtos dos sítios orgânicos em feira na cidade de Glória de Dourados-MS.



Org. Moretti, 2009.

A produção “alternativa” no território da Grande Dourados é invisível aos olhos da estrutura de circulação do mercado, sendo praticada de forma familiar e comercializada por redes de solidariedade formadoras de um comércio local e venda direta ao consumidor. A ideia da produção agrícola orgânica como “alternativa” é compreendida, nesse contexto, como sendo uma agricultura capaz de superar o modelo convencional de produção de riqueza baseado na pilhagem ambiental e na separação do homem da terra.

É essa prática que está possibilitando a construção de identidade entre os produtores familiares por meio da troca de saberes sobre a produção e sua circulação. A política do Território Rural, possibilitou a valorização deste tipo de produção, porém em

contrapartida esta ação está promovendo a racionalização técnica e mercantil das práticas culturais existentes e resistentes.

Presentes em todo o mundo, o consumo de produtos chamados de orgânicos vem crescendo rapidamente. Segundo Altieri & Nicholls (2003):

Na Europa, existem 3,5 milhões de hectares em produção orgânica certificada. Na Alemanha, são 8.000 produtores orgânicos que ocupam cerca de 2% da área total cultivada. Na Itália, há 18.000 e na Áustria outros 20.000, que representam quase 10% do total produzido pela agricultura. Na América do Norte, aproximadamente 1,1 milhões de hectares estão em produção orgânica certificada, com 12.500 produtores somente nos Estados Unidos, o que permitiu, de 1992 a 1997, dobrar a área dessa produção. Em 1999 a venda dos produtos orgânicos gerou US\$ 6 bilhões em lucro. Na Califórnia, esses produtos constituem um dos segmentos da economia agrícola que mais cresce, com incremento anual nas vendas de 20 a 25%, nos últimos seis anos. (ALTIERE & NICHOLLS, 2003 p.141).

Mesmo que teoricamente as divergências dos conceitos sejam complexas e não acordadas entre os principais pensadores da agroecologia, como Caporal e Costaberbe (2007), Altieri (2004), Almeida (2003), e Guzmán (2005 e 2006), todos destacam a importância dessa prática agrícola no mundo moderno e sua relevância enquanto prática social no campo. Mas, eles destacam sobretudo a fragilidade na construção conceitual e de interpretação das práticas cotidianas no meio rural.

A valorização da agricultura orgânica é relacionada diretamente aos ideais da vida moderna voltada para a questão ambiental: “qualidade de vida”, saúde, sabor dos alimentos, questões ambientais e melhoria de renda.

A abordagem agroecológica é também mais sensível às complexidades dos sistemas locais. Nelas os critérios de desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade. (ALTIERI, 2004, p.36).

Esta sustentabilidade a que o autor se refere vai além do desenvolvimento econômico e do ambiente, e envolve a complexidade social, a segurança alimentar e a cultura.

Aspectos que vão além da produção do capital, precisam ser considerados na atividade da produção orgânica, como tendo por base, por exemplo, a produção de valores e atividades produtivas que tecnicamente se apropriam de práticas culturais consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante e o uso do conhecimento moderno sobre a natureza para criar técnicas produtivas diferenciadas, em outras palavras, a técnica culturalmente valorizada no

processo de produção, visando à sustentabilidade da sociedade e não apenas de modelos econômicos.

Os dados econômicos indicam sua inserção no mercado mundial de produtos agrícolas, participando dos mecanismos e regras da reprodução ampliada do capital. A constatação da valorização econômica dos produtos orgânicos promove o debate sobre a influência das necessidades do consumo ampliado sobre a produção, por exemplo, com relação ao aumento da quantidade produzida e o tipo de produtos produzidos como orgânicos.

Em território brasileiro, parcelas de pequenos produtores e produtores da estrutura da agricultura familiar aderiram ao movimento orgânico com uma produção diversificada para atender ao mercado consumidor urbano próximo das áreas de produção.

Recentemente, já no século XXI, os produtos orgânicos passaram a ser comercializados também no mercado internacional como *commodities agrícolas*, e sua distribuição era feita pelas mesmas corporações internacionais que dominam o mercado convencional. A comercialização dos produtos orgânicos consolidou-se e redes nacionais e internacionais que ditam as regras do comércio foram formadas e, em alguns casos, passaram a exercer o controle sobre o modo de produzir. Assim, contraditoriamente, a preocupação com o resgate das práticas culturais de produção do homem do campo é deixada de lado e ocorre inversamente ao que se poderia desejar a imposição do outro: o homem urbano define o que e como produzir.

Portanto, para constituir-se como alternativa, além de sua face ambiental (uso dos elementos da natureza, evitando a interferência direta na produção, como a alteração do ritmo da produção natural, em oposição a elementos produzidos industrialmente), é fundamental repensar as estruturas de poder constituídas na produção e circulação dos produtos agrícolas com o domínio de grandes empresas em detrimento dos pequenos produtores, transformados em trabalhadores explorados pelos mecanismos de concentração de renda.

No Mato Grosso do Sul, a produção orgânica cria um território específico (ver Figura 3), contrapondo-o ao espaço majoritariamente produzido com base na tecnificação industrial da agricultura cujo uso intensivo de insumos visa acelerar o ritmo da produção para atender as necessidades da produção em larga escala (Ver Figura 4). A produção orgânica participa da formulação de uma territorialização contemporânea, caracterizada como itinerante, fluida e mesmo múltipla (ALMEIDA, 2009, p. 212; HAESBAERT, 2002, p. 344).

**Figura 3** - Paisagem constituída pelos territórios alternativos, como o da criação de gado de leite em sítio de produtores orgânicos em Glória de Dourados-MS.



**Org.** Moretti, 2009.

**Figura 4** - Paisagem hegemônica produzida pela cultura anual do binômio soja-milho no entorno de Vila Vargas-MS.



**Org.** Campos, 2017.

No caso da territorialidade, em textos já clássicos da geografia brasileira, “Territórios Alternativos” Haesbaert (2002), faz reflexões que permitem pensar em multiterritorialidades. Ele explica a existência dos territórios por nós considerados “alternativos” em uma região dominada pela monocultura exportadora mecanizada.

Este território é, então, produzido por esta experiência de combinações múltiplas, relações espaço-tempo complexas e intimamente forjadas pelas relações de poder em seus diferentes níveis escalares. Especificamente em relação às motivações para a existência da produção orgânica, é imperativo refletir sobre o papel da concepção de “sociedade sustentável” nessa multiplicidade territorial que considera a questão ambiental e a cultura como integrantes de um mesmo processo. É necessário levar em conta o fato de que a cultura possibilita a sustentação de práticas consideradas conservacionistas, e, no tempo presente, elas são entendidas como alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante e produzem territórios.

A convivência entre territórios produzidos na perspectiva da sustentabilidade socioambiental e na perspectiva do crescimento econômico ilimitado ocorre no cerne das disputas sociais, culturais e políticas, em um movimento de transformação das identidades dos diferentes grupos sociais. Em meio a estas disputas de poder, no início do século XXI, como resultado da valorização crescente da ideia da conservação ambiental, a produção orgânica tem ocupado terras e prateleiras de supermercados.

Diante deste contexto, configura-se uma dinâmica das transformações territoriais associada às resistências do poder local que alteram suas estruturas de poder em função das exigências do poder global, que no movimento geral de produção do mundo moderno incorpora práticas consideradas conservacionistas, e, portanto, valoriza práticas consideradas ambientalmente saudáveis, como a produção orgânica.

Tem-se, então, que as motivações internas e externas aos processos de construção da região da Grande Dourados foram fundamentais para a existência do trabalho de pequenos produtores agrícolas voltados para a produção de produtos considerados orgânicos. A confluência de fatores como crise ambiental, valorização da natureza, movimento da sociedade e histórias de vida formatou o que podemos denominar de identidade dos produtores orgânicos da Grande Dourados. Todavia, é fundamental, desvendar a formação do grupo social com identidade diferenciada. Mesmo com as forças contrárias à existência da produção agrícola orgânica, a identidade construída garante, e mesmo impulsiona sua continuidade enquanto pequenos produtores agrícolas orgânicos. Especificamente na área

estudada, a produção orgânica ocorre de diferentes maneiras, assumindo formas variadas e participando diferenciadamente na produção territorial.

O reconhecimento da existência de diferenças e de interesses comuns entre os produtores orgânicos permite refletir sobre o processo contraditório da construção de organizações sociais locais de pequenos produtores. Elas visam também participar da rede global com a proposta de fortalecimento da identidade local. Tal participação exige práticas produtivas e uso de normatizações definidas fora do grupo social local e contribuem para a diferenciação técnica e econômica entre os produtores. As diferenças culturais, econômicas e sociais entre os produtores orgânicos e a característica do mundo moderno de valorização das capacidades individuais dificultam a organização social dos produtores para a produção, comercialização solidária e, principalmente, para a atuação política na luta pela valorização da pequena produção familiar na região da Grande Dourados.

Uma primeira possibilidade é a produção e a circulação dos produtos orgânicos que reproduz a estrutura da grande produção agrícola convencional. Com este encaminhamento os ganhos são transferidos para os setores dominantes da economia mundial, organizados em redes de empresas que controlam as formas de produção e, principalmente, ditam as regras de comercialização.

Como segunda possibilidade é possível ressaltar o desenvolvimento, por parte dos produtores orgânicos, de estratégias e formas de produção e comercialização que rompam com o domínio das grandes empresas. Eles passariam a ter o controle sobre a organização do mercado dos orgânicos. Neste caso os ganhos e benefícios são voltados para os pequenos produtores. Nesta perspectiva, as propostas da economia solidária e do comércio justo e solidário apresentam avanços no Brasil com experiências bem sucedidas relacionadas à organização dos pequenos produtores.

Usamos das palavras de Di Méo (2008, p. 4), na tentativa de desvendar a produção territorial. Este, ao se referir à relação do território com o cotidiano, afirma: “*Les territoires de notre vecu sont en part ceux de notre quotidien. Ils assemblent de manière souvent plus virtuelle que concrète les lieux de notre expérience, imprégnés de nos routines et de nos affects*”. As práticas culturais, sociais, produtivas, de comercialização e políticas dos agricultores orgânicos são diferenciadas entre eles., não podem ser consideradas homogêneas, mas possuem alicerces comuns na definição pela produção de alimentos orgânicos. Os alicerces são advindos da história de vida de cada produtor e de sua inserção nas lutas e práticas coletivas, conjuntamente com a construção da ideia societária moderna da sustentabilidade ambiental.

A identidade entre os agricultores orgânicos é produzida no entrelaçamento das escolhas pessoais, coletivas e no ideário de sustentabilidade ambiental presente no mundo moderno. O território da produção orgânica é, portanto, fruto de relações sociais internas à região, a saber, a resistência ao modelo de produção agrícola do monopólio da terra, e externas, devido à valorização de produtos orgânicos para o consumo.

## Considerações Finais

É imperativo pensar no papel exercido pela lógica do Estado-Nação, como apoteose das instituições modernas, e sua efetiva participação da conformação das normas e valores do mundo ocidental capitalista. Não seria isto problemático caso os protagonistas deste modelo de sociedade não pretendessem realizar sua exportação ao mundo, de forma perversa e violenta. Deste modo, no processo histórico, foi inevitável a produção de um conjunto de conflitos epistêmicos, sociológicos, culturais, que hoje tem na dimensão territorial e seus conflitos o espelho do mundo contemporâneo.

A escolha da produção agroecológica como recorte temático de análise e dos produtores orgânicos do Território da Grande Dourados como objeto espacial delimitado de estudo, foi pensado no sentido de possibilitar compreender como a resistência a este processo ocorre no campo, em meio a práticas agrárias e agrícolas hegemônicas, resistindo ante múltiplas formas violência, pilhagem ambiental e geração de miséria para parcelas significativas da população. Sentimos a necessidade de tratar a questão da pobreza/riqueza a partir do provocativo questionamento que se segue: seria mesmo um desafio alimentar as pessoas do mundo? Tal indagação abre as portas para os intensos debates, e por que não dizer conflitos, que se alojam em torno da produção agrícola, cujo fundamento central deveria ser o objetivo de alimentar as pessoas do mundo. Ocorre que, na deturpação, característica intrínseca à lógica capitalista, mesmo itens alimentícios, como soja, milho, trigo, cana, dentre outros, são restringidos e trabalhados como vetor de valorização financeira, deixando a finalidade de uso do alimento em segundo plano.

Deste modo, o dito agronegócio consiste em fenômeno que sintetiza os valores deste mundo de alma monetarista. Transformando o alimento em *business*, esta lógica de estruturação produtiva fez esforço inimaginável para desmontar os territórios locais, que antes possuíam autonomia produtiva e alimentar, para implantar seu projeto, via

territorialização específica do capital agrário-exportador. A produção do conflito emana então como resultado inevitável. Indígenas, camponeses, caçaras, dentre outros povos de comunidades tipicamente locais, tiveram seus territórios expropriados e a perda da sua condição de sujeitos à frente da história.

Este contexto encontra-se muito bem configurado no recorte territorial da Grande Dourados, localizada à 240 Km da capital do estado do Mato Grosso do Sul. A base produtiva e econômica do território da Grande Dourados tem como suporte a pilhagem de elementos da natureza, principalmente solo e água, para produção agropecuária industrial destinada ao mercado internacional. Embora hegemônico, este modelo não é hegemônico, apesar de todos os instrumentais mobilizados para produzir a invisibilidade das práticas territoriais alternativas que coexistem e por vezes entram em conflito com tal modelo. Este é o caso da produção de alimentos orgânicos no território da Grande Dourados, onde ocorrem formas de produzir alternativas ao modelo hegemônico, a produção orgânica realizada com técnicas agroecológicas entre elas o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de aves caipiras, de alimentos orgânicos, a fabricação de queijos, doces e outros derivados da forma de produzir chamada de agroecológica

A ideia da produção agrícola orgânica como “alternativa” é compreendida, nesse contexto, como sendo uma agricultura capaz de superar o modelo convencional de produção de riqueza baseado na pilhagem ambiental e na separação do homem da terra. E neste sentido, a política do Território Rural, possibilitou a valorização deste tipo de produção, porém em contrapartida esta ação está promovendo a racionalização técnica e mercantil das práticas culturais existentes e resistentes.

Pode-se concluir, de acordo com o aporte teórico utilizado, e olhando para o objeto de análise em questão, que a sustentabilidade aqui tem que ser entendida como algo que vai além do desenvolvimento econômico e do ambiente, e envolve a complexidade social, a segurança alimentar e a cultura, ou seja, a produção de valores e atividades produtivas que tecnicamente se apropriam de práticas culturais consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante e o uso do conhecimento moderno sobre a natureza para criar técnicas produtivas diferenciadas. Ou seja, são técnicas culturalmente valorizadas no processo de produção, onde almeja-se a sustentabilidade da sociedade e não apenas de modelos econômicos.

No caso da produção orgânica no Mato Grosso do Sul cria-se um território específico, contrapondo-o ao espaço majoritariamente produzido com base na tecnificação industrial da agricultura cujo uso intensivo de insumos visa acelerar o ritmo da produção para atender as necessidades da produção em larga escala. Os dados econômicos da produção indicam sua

inserção no mercado mundial de produtos agrícolas, participando dos mecanismos e regras da reprodução ampliada do capital. Assim, contraditoriamente, a preocupação com o resgate das práticas culturais de produção do homem do campo é deixada de lado e ocorre inversamente ao que se poderia desejar a imposição do outro: o homem urbano define o que e como produzir. Especificamente na área estudada, a produção orgânica ocorre de diferentes maneiras, assumindo formas variadas e participando diferenciadamente na produção territorial.

Ou seja, as diferenças culturais, econômicas e sociais entre os produtores orgânicos e a característica do mundo moderno de valorização das capacidades individuais, dificultam a organização social dos produtores para a produção, comercialização solidária e, principalmente, para a atuação política na luta pela valorização da pequena produção familiar na região da Grande Dourados. Diante deste cenário, concluiu-se então que se abrem basicamente duas possibilidades nos próximos desdobramentos deste processo em curso: Uma primeira possibilidade é a produção e a circulação dos produtos orgânicos que reproduz a estrutura da grande produção agrícola convencional. Com este encaminhamento os ganhos são transferidos para os setores dominantes da economia mundial, organizados em redes de empresas que controlam as formas de produção e, principalmente, ditam as regras de comercialização; E uma segunda possibilidade é os produtores orgânicos desenvolverem estratégias e formas de produção e comercialização que rompam com o domínio das grandes empresas. Eles passariam a ter o controle sobre a organização do mercado dos orgânicos. Neste caso os ganhos e benefícios são voltados para os pequenos produtores. Nesta perspectiva, as propostas da economia solidária e do comércio justo e solidário apresentam avanços no Brasil com experiências bem-sucedidas relacionadas à organização dos pequenos produtores.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a sudeco no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições.** 2001.316 f..Tese (Doutorado em Geografia) USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In: **Ensaio FEE.** Porto Alegre - RS, v.24, n.2, 2003. p.499-520.

ALMEIDA, Jalcione. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e Moçambique**. Porto Alegre - RS: e-book UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009.

ALMEIDA, Maria Geralda de. G. As ambiguidades do ser ex-migrante: o retorno e o viver entre territórios. Org. ALMEIDA, M. G. In. **Territorialidades na América Latina**. Goiânia – GO: Editora UFG. 2009, p. 208-218.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais-Brasil sertanejo. In. **Geografia e Cultura**. Goiânia-GO: Editora Vieira, 2008, p18-48.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2 ed. Trad. De Valter José Evangelista e Maria Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara Ines. **Agroecologia resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial e produção e distribuição**. 2003 Disponíveis em: < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos.>>. Acesso em: 12/2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. GEOGRAFIA RURAL: questões teórico-metodológicas e técnicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v. 5, n. 9, p. 5-16, fev., 2010.

BOFF, Leonardo. A busca de um *ethos* planetário. **Revista PERSPECTIVA**. Belo Horizonte. 2010.

BRUM, Argemiro. **Modernização da agricultura – trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n. 27, p. 153-165, 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF). 2006.

CASTRO-GÓMES, Santiago. **Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgard (org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires. Clacso, 2005, p. 169-186.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Revisão: Maurício Balthazar Leal e Vera Lúcia Pereira. 1ª edição: abril de 2000.

DI MÉO, Guy. **Les Territoires Du Quotidien**. Paris-FR:Maison d’édition L’Harmattan, 2009.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira; PINHEIRO, Robinson Santos. O Dom Nacional: Diálogo em torno da identidade nacional. In: **Terra Livre**. São Paulo/SP:ISSN 0102-8030. Ano 25, v. 1, n. 32 p. 1-244 Jan-Jun/2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal. 1979.

GUIMARAES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma Agrária. n. 6, Ano VII – Nov./Dez., 1977.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **De la sociología Rural a la agroecología**. Barcelona – ES; Editora Icaria, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói-RJ: Editora da UFF., 2002.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni; Mariana Vilhena de Faria; Tiago Teixeira Bustamante. **REPENSAR ESCALAS, REPENSAR TERRITÓRIOS: o desafio geográfico no desvendar dos territórios (subalternos) da Agroecologia**. 2010.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder**. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA. 1998.

MORETTI, Silvana Aparecida. Lucato. **O território da produção orgânica no mundo da mercadoria**. Dourados: Editora da UFGD, 2014.

NEVES, Gervásio Rodrigo. **Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia a. De; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ou inventamos ou erramos: encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Sustentando a Insustentabilidade: Comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20**. Site “Ecodebate”. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/02/01/sustentando-a-insustentabilidade-comentarios-a-minuta-zero-do-documento-base-de-negociacao-da-rio20-artigo-de-carlos-walterporto-goncalves/>. Acesso em: 20 maio 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ed. Ática, São Paulo: 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Edições Afrontamento. 6ª Edição. 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo / razão e emoção**. São Paulo, – Hucitec. 1996.

SANTOS, Milton. **O retorno ao território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia a. De; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Mario César Tompes da. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. 1992. Dissertação (Mestrado) USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, 1992.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de. et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

Artigo recebido em 06-06-2022

Artigo aceito para publicação em 20-12-2022